

	Item	Solução	Data limite	
TRANSPARÊNCIA	Implementação da Lei de Acesso à Informação.	O ente realiza processo seletivo formal e transparente para seus cargos, com divulgação dos editais e resultados, inclusive para os cargos de direção e/ou cargos considerados vulneráveis à fraude e corrupção.	Mapeamento dos cargos vulneráveis/nível de autoridade. Análise dos normativos já existentes. Fazer a elaboração e proposição de aperfeiçoamento de ato normativo (caso necessário).	Junho/2023
	Cumprimento das obrigações de transparência da Lei de Responsabilidade Fiscal.	O ente divulga informações como número, data, valor e objeto do empenho, liquidação e pagamento, assim como a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, com o respectivo empenho de referência.	Análise do ambiente. Proposição e implementação de melhorias para centralizar as informações, com a análise prévia de quais instrumentos seriam pertinentes. Aumentar o grau de detalhamento das informações do Portal de Transparência.	Junho/2023
	Cumprimento das obrigações de transparência da Lei de Responsabilidade Fiscal.	O ente disponibiliza cópia integral dos convênios, termos de parcerias, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres realizados com entidades privadas sem fins lucrativos, respectivos aditivos e relatórios finais de prestação de contas.	Análise do ambiente. Proposição e implementação de melhorias para centralizar as informações, com a análise prévia de quais instrumentos seriam pertinentes.	Junho/2023
	Cumprimento das obrigações de transparência da Lei de Responsabilidade Fiscal.	O ente disponibiliza a prestação de contas (relatório de gestão) do ano anterior e o respectivo parecer prévio.	Análise do ambiente, proposição e implementação de melhorias para incluir dentro do Portal de Transparência.	Junho/2023
	Cumprimento das obrigações de transparência da Lei de Responsabilidade Fiscal.	O ente divulga na Internet as atas da comissão de licitação, incluindo os resultados.	Análise do ambiente: verificar quais entes publicam e os que ainda precisam publicar, bem como analisar o procedimento de divulgação. Proposição de melhorias com base no normativo existente para dar maior publicidade às informações.	Junho/2023
	Cumprimento das obrigações de transparência da Lei de Responsabilidade Fiscal.	O ente divulga informações atualizadas sobre seus editais (número, ano, modalidade, objeto e situação) e processos licitatórios (incluindo dispensa e inexigibilidade).	Análise do ambiente para acompanhar as reformulações dos portais. Elaboração em conjunto de proposta de melhoria para suprir as lacunas encontradas, aliada a um trabalho de capacitação dos servidores.	Junho/2023
	Cumprimento das obrigações de transparência da Lei de Responsabilidade Fiscal.	O ente divulga relatórios em formato de dados abertos sobre acompanhamento de programas, obras, gestão fiscal, receitas e despesas em formato aberto.	Análise do ambiente. Elaboração de proposta para sanar as deficiências encontradas, principalmente nos eixos de informações financeiras, orçamento, e dos resultados de programa. As informações publicadas deverão estar pelo menos em formato csv.	Junho/2023
	Divulgação de informações patrimoniais e acompanhamento online das obras (execução, valores e situação atual).	O ente divulga em seu site informações sobre administração do patrimônio público, incluindo dados sobre imóveis, veículos e bens.	Análise do ambiente para verificar quais informações são divulgadas e a maneira que ocorre essa publicação. Elaboração e proposição de melhorias com o objetivo ampliar a divulgar das informações.	Junho/2023

Divulgação de informações patrimoniais e acompanhamento online das obras (execução, valores e situação atual).	O ente permite e promove o acompanhamento de obras (objeto, valor total, empresa contratada, data de início, prazo de execução, valor total já pago ou percentual de execução financeira e situação atual da obra).	Análise do ambiente para ver quais informações são divulgadas no Portal Obras Abertas. Elaboração e proposição de melhorias com o objetivo de ampliar a divulgar das informações.	Junho/2023
Regulamentação da Política de Dados Abertos.	O ente regulamentou sua Política de Dados Abertos.	Análise do ambiente e proposição de melhorias. Revisão dos documentos existentes e sugestão de aprimoramento da política (contemplando a obrigatoriedade da disponibilização das informações atualizadas pelos entes).	Junho/2023
Regulamentação da Política de Dados Abertos.	O ente estabeleceu Plano de Dados Abertos.	Elaboração de um Plano de Dados Abertos piloto. Publicação do plano e disponibilização de suas bases. Como proposta, a construção do Plano de Dados Abertos envolveria as bases mais demandadas pela sociedade civil.	Junho/2023
Ampliação das informações divulgadas no Portal da Transparência, adicionais às exigidas por lei.	O ente amplia as informações divulgadas no Portal da Transparência, adicionais às exigidas por lei, tais como: renúncias fiscais, ODS, notas fiscais etc.	Realizar um levantamento sobre quais bases/informações estão disponíveis. Elaborar uma proposta de ampliação da quantidade de bases (as mais demandadas passivamente) e de atualização das bases.	Junho/2023
Implantação de funções de Controladoria Pública.	Existe acesso e atualização do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e do Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)?	Estruturar uma capacitação a ser realizada pela CGU no tema. Elaborar um manual o qual contenha os procedimentos a serem realizados (incluindo as alterações da Nova Lei de Licitações). Realizar a capacitação durante o período do programa, apresentando como público-alvo os servidores em geral.	Junho/2023
Código de ética e estatuto dos servidores públicos.	A comissão de ética é formalmente constituída? Ela possui estrutura adequada para atuação?	Análise do ambiente. Estudo das propostas existentes e legislação correlata.	Junho/2023
Implantação de gestão de riscos.	Existe algum levantamento dos riscos em processos administrativos sensíveis a fraude e corrupção, com a implementação ou reavaliação de controles internos para redução dos riscos avaliados?	Designar uma equipe para o desenvolvimento das atividades. Participar da capacitação em gestão de riscos realizada pela CGU. Fazer a revisão do modelo de mapeamento de riscos, incluindo o de integridade, vigente. Elaboração/Aprimoramento da metodologia de gestão de riscos. Construção de um plano de ação piloto a ser implementado na CGM.	Junho/2023
Implantação de gestão de riscos.	Há uma metodologia e plano de ação para gestão de riscos de fraude e corrupção?	Designar uma equipe para o desenvolvimento das atividades. Participar da capacitação em gestão de riscos realizada pela CGU. Fazer a revisão do modelo de mapeamento de riscos, incluindo o de integridade, vigente. Elaboração/Aprimoramento da metodologia de gestão de riscos. Construção de um plano de ação piloto a ser implementado na CGM.	Junho/2023

INTEGRIDADE	Implantação de gestão de riscos.	Existe um núcleo de gestão de riscos e uma instância supervisora para monitorar riscos e controles?	Participar da capacitação em gestão de riscos realizada pela CGU. Estruturação e proposição de um modelo de gestão de riscos para as demais pastas, com base no plano de ação piloto implementado na CGM.	Junho/2023
	Elaboração de manuais e treinamentos.	Existe um Manual de Gestão de Transferências Voluntárias, ou documento equivalente, que estabelece os procedimentos necessários à celebração, execução e prestação de contas dos ajustes celebrados com a União?	Análise do ambiente para verificar a documentação disponível e como os procedimentos são realizadas. Elaboração de um manual sobre o tema, incluindo a proposição de melhorias para sanar as deficiências encontradas.	Junho/2023
	Elaboração de manuais e treinamentos.	Existe um Manual de Gestão de Patrimônio com os procedimentos administrativos necessários ao controle patrimonial de bens móveis e imóveis?	Análise do ambiente para verificar a documentação disponível e como os procedimentos são realizadas. Elaboração de um manual sobre o tema, incluindo a proposição de melhorias para sanar as deficiências encontradas.	Junho/2023
	Sistemas informatizados.	Existe algum sistema informatizado para controle de processos e penalidades cometidas por agentes públicos?	Levantamento de sistemas disponíveis à doação ou parceria (utilizados por outros entes públicos) e busca de possibilidades de recursos para investimento nessa área.	Junho/2023
	Sistemas informatizados.	Existe sistema informatizado que auxilie o controle de gastos das atividades de auditoria?	Levantamento de sistemas disponíveis à doação ou parceria (utilizados por outros entes públicos) e busca de possibilidades de recursos para investimento nessa área.	Junho/2023
	Apuração de responsabilidade de pessoas jurídicas.	Existe sistema informatizado para controle de processos e penalidades cometidas por pessoas jurídicas?	Levantamento de sistemas disponíveis à doação ou parceria (utilizados por outros entes públicos) e busca de possibilidades de recursos para investimento nessa área.	Junho/2023
	Comunicação.	A alta direção dos órgãos e entidades públicas comunica às demais organizações acerca das iniciativas de integridade, ressaltando sua importância e demonstrando boas práticas?	Elaborar um plano de comunicação para ampliar as ações de comunicação a respeito do tema de Integridade e das iniciativas realizadas pela municipalidade. O plano deverá contemplar as ações necessárias e o cronograma de realização. Implementar as ações no período do programa.	Junho/2023
	Comunicação.	Os programas de integridade dos órgãos e entidades públicas são amplamente divulgados para a população?	Elaborar um plano de comunicação para ampliar as ações de comunicação sobre o Programa de Integridade e Boas Práticas. O plano deverá contemplar as ações necessárias e o cronograma de realização. Implementar as ações no período do programa.	Junho/2023

Programas de integridade.	Nos órgãos e entidades selecionados houve verificação da adequação das funções relacionadas à integridade e da necessidade de medidas para sua instituição ou aprimoramento?	Auxiliar na estruturação da capacitação a ser realizada pela CGU, cujo público-alvo será os servidores da CGM e demais pastas. Ainda em conjunto com a CGU, estruturar capacitação sobre o PIBP e sobre o PAR – neste último a ideia é abordar o tema da avaliação de programa de integridade de outras organizações, bem como sobre o CNEP. Esta última capacitação terá como público-alvo os servidores da CGM, os quais atuarão como multiplicadores do conhecimento ministrado.	Junho/2023
Programas de integridade.	Houve elaboração e aprovação de uma primeira versão do plano de integridade nos órgãos e entidades selecionados?	Revisão do modelo de PIBP vigente. Aprimoramento do modelo de gestão da integridade por meio de melhorias na metodologia de execução e monitoramento do programa.	Junho/2023
Programas de integridade.	Os programas de integridade nos órgãos e entidades selecionados são monitorados e atualizados periodicamente?	Revisão do modelo de PIBP vigente. Aprimoramento do modelo de gestão da integridade por meio de melhorias na metodologia de execução e monitoramento do programa.	Junho/2023
Funcionamento e fortalecimento dos Conselhos de Políticas Públicas obrigatórios, incluindo o treinamento dos conselheiros.	O ente realiza treinamentos e capacitações dirigidas aos conselheiros.	Oferecer os cursos "Controle Social do Orçamento Público Municipal" e "Lei de Acesso à Informação - Ferramenta do Controle Social" para conselheiros municipais, por meio da DFCS/COPI/CGM, e expandir a aplicação das capacitações já existentes. Integrar as ações de formação para conselheiros previstas no 3º Plano de Ação em Governo Aberto com o Plano de Ação do Time Brasil. Realizar levantamento de ações de formação para conselheiros oferecidas por outros órgãos da Administração Pública e divulgar a capacitação em "Fiscalização de Execução de Progrmas de Governo" realizada pela CGU para os conselhos que tenham essa competência.	Junho/2023

PARTICIPAÇÃO	Existência de instrumentos de participação (audiências e consultas públicas) e canais de comunicação com os cidadãos (redes sociais, fale conosco e Fala.BR).	O ente realiza audiências públicas para a elaboração do PPA/LDO/LOA; do orçamento participativo; da prestação de contas anual dos gestores; e para o debate de outros assuntos.	Realizar análise do ambiente e elaborar um Plano de Comunicação, com o objetivo de aumentar a participação social.	Junho/2023
	Capacitação da sociedade civil em temas de controle interno e controle social e divulgação dos resultados dos trabalhos realizados por auditoria interna e externa.	O ente promove capacitação para a sociedade civil em temas de controle interno.	Ampliar a divulgação de cursos da CGM sobre temas relativos ao controle interno para a sociedade civil. Exemplos de cursos: Lei de Acesso à Informação - Ferramenta do Controle Social (DFCS/COPI/CGM); Pedidos de Informação Pública: ferramenta de cidadania (OGM/CGM); Políticas Públicas e Defesa do Usuário dos Serviços Públicos Municipais (OGM/CGM); e As Denúncias: acolhimento e processamento na Ouvidoria Geral (OGM/CGM). Estruturar curso sobre controle interno e externo, em linguagem simples, para a sociedade civil. Elaborar programação para aplicação do curso no calendário oficial do CFCI/CGM.	Junho/2023
	Promoção de atividades educativas sobre transparência, ética, cidadania e controle social voltadas ao público em geral e específicas ao público infanto-juvenil.	O ente promove atividades educativas sobre transparência, ética, cidadania e controle social voltadas ao público em geral e específicas ao público infanto-juvenil.	Aplicar oficinas voltadas ao público infanto-juvenil relacionadas ao tema por meio do Programa de Agentes de Governo Aberto (edição 2021-2022). Estruturar e implementar curso sobre cidadania e controle social para o público jovem-adolescente (Ensino Médio).	Junho/2023